

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- a) Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
- b) Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisa ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos.
- c) Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga.
- d) Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira.
- e) Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.
- f) Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
- g) Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional e dá outras providências.
- h) Lei nº 9.966, de 30 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
- i) Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos a pesca.
- j) Decreto nº 68.459, de 1º de abril de 1971, que regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial brasileiro.
- k) Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, que implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança e dá outras providências.
- l) Decreto nº 2.508, de 4 de março de 1998, que promulga os anexos III, IV e V da Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios – MARPOL.
- m) Decreto nº 96.000, de 2 de maio de 1988, que dispõe sobre a realização de pesquisa e investigação científica na plataforma continental e em águas sob jurisdição brasileira, e sobre navios e aeronaves de pesquisa estrangeiros em visita aos portos ou aeroportos nacionais, em trânsito nas águas jurisdicionais brasileiras ou no espaço aéreo sobrejacente.

- n)** Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.537, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.
- o)** Decreto nº 2.670, de 15 de julho de 1998, que Promulga a Convenção nº 166 da OIT, sobre a Repatriação dos Trabalhadores Marítimos (Revisada), assinada em Genebra, em 09 de outubro de 1987.
- p)** Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- q)** Decreto nº 2840, de 10 de novembro de 1998, que estabelece normas para operação de embarcações pesqueiras nas águas sob jurisdição brasileira e dá outras providências.
- r)** Resolução Normativa nº 003, de 21 de maio de 1997, do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe sobre a concessão de visto de tripulantes de embarcações de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira.
- s)** Resolução Normativa nº 31, de 24 de novembro de 1998, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina a chamada de tripulante de embarcação estrangeira através de contrato de prestação de serviços e de risco.
- t)** Resolução Normativa nº 46, de 16 de maio de 2000, do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe sobre a concessão de visto a tripulante de embarcações de pesca estrangeiras arrendadas por empresas brasileiras.
- u)** Resolução Normativa nº 48, de 26 de maio de 2000, do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina a concessão de visto para tripulantes e outros profissionais que exerçam atividade remunerada a bordo de navio de cruzeiro aquaviário na costa brasileira, na bacia amazônica ou demais águas interiores.
- v)** Resolução Normativa nº 19, de 27 de setembro de 2000, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe sobre os procedimentos da fiscalização das condições do trabalho, segurança e saúde de vida a bordo, conforme disciplinado na Portaria nº 210, de 30 de abril de 1999 e nas Resoluções Normativas nº 31/98, 46/00 e 48/00 do Conselho Nacional de Imigração CNlg.
- w)** Instrução Normativa nº 03, de 09 de fevereiro de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, alterada pela Instrução Normativa nº 15, de 19 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o arredamento de embarcações de pesca estrangeiras.
- x)** Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que dispõe sobre a atividade pesqueira extrativa em AJB exercida pela frota arrendada.

- y)** Portaria nº 413, de 16 de setembro de 1997, do Ministério dos Transportes, que dispõe sobre critérios e procedimentos para o afretamento de embarcações estrangeiras.
- z)** Portaria nº 188, de 18 de dezembro de 1998, da ANP, que dispõe sobre a aquisição de dados aplicados a prospecção de petróleo.
- aa)** Portaria nº 210, de 30 de abril de 1999, do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe sobre a fiscalização das Normas de Proteção ao Trabalho e de Vida a bordo prescritas na Convenção nº 147 da OIT, sobre Normas Mínimas da Marinha Mercante, promulgada pelo Decreto nº 447, de 07 de fevereiro de 1992.
- ab)** Portaria nº 40, de 1º de março de 2000, do Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, que dispõe sobre a atividade de transporte a granel de petróleo e seus derivados por meio de navegação de cabotagem.
- ac)** Portaria nº 308, de 24 de abril de 1990, do Ministério da Marinha, que dá instruções para o controle dos levantamentos hidrográficos.